

# PERSPECTIVAS DA AGENDA 2030 PARA AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS

## *PERSPECTIVES OF THE 2030 AGENDA FOR PUBLIC LIBRARIES*

César dos Santos Moreira 

Universidade Federal de Minas Gerais

Dalgiza Andrade Oliveira 

Universidade Federal de Minas Gerais

Marília de Abreu Martins de Paiva 

Universidade Federal de Minas Gerais

---

### RESUMO

Em resposta às alterações climáticas e ambientais, pobreza e desigualdades sociais associadas ao desenvolvimento global, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Agenda 2030. Esse plano compreende os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) a serem buscados pelas organizações públicas e privadas e por toda a humanidade. Diante disso, objetivou-se discutir o papel social das bibliotecas públicas e suas contribuições para a implementação de serviços de informação orientados à Agenda 2030, tendo como base a metodologia de revisão narrativa. Compreende-se que a contextualização dos ODS pelas bibliotecas públicas pode fortalecer as ações de informação para o alcance desses objetivos, os quais são norteadores na construção de uma sociedade sustentável. Representa também uma oportunidade de investigação para a Biblioteconomia/Ciência da Informação, sobretudo nas discussões da Biblioteconomia Social.

**Palavras-Chave:** Bibliotecas públicas. Agenda 2030. Desenvolvimento sustentável.

---

### ABSTRACT

In response to climate and environmental changes, poverty and social inequalities associated with global development, the United Nations (UN) established the 2030 Agenda, which comprises the 17 Sustainable Development Goals (SDGs) to be pursued by public and private organizations and for all mankind. Therefore, the objective was to discuss the social role of public libraries and their contributions to the implementation of information services oriented to the 2030 Agenda, based on the narrative review methodology. It is understood that the contextualization of the SDGs by public libraries can strengthen information actions to achieve these goals, which guide the construction of a sustainable society. Representing an opportunity for research for Library Science/Information Science, above all, in the discussions of Social Librarianship.

**Keywords:** Public library. 2030 Agenda. Sustainable development.

# 1 INTRODUÇÃO

Compreende-se que as bibliotecas contribuem para o desenvolvimento sociocultural dos sujeitos e comunidades. Esse aspecto está associado aos papéis atribuídos à biblioteca em razão da sua existência e relevância enquanto instrumento de informação e cultura. (MACHADO; ELIAS JUNIOR; ACHILLES, 2014; SUAIDEN, 2000; RASTELI; CALDAS, 2017; VALENTIM, 2017). Nesse sentido, espera-se que as bibliotecas possam contribuir com ações e esforços que atuem para tentar corrigir os problemas sociais, econômicos e culturais históricos (SUAIDEN, 2000; VALENTIM, 2017), mediante estratégia de interlocução mais aproximada com a comunidade ao seu entorno. Processo esse que inclui a oferta de produtos e serviços de informação que possibilitem aos sujeitos a apropriação da herança histórico-cultural, bem como o acesso, uso e compartilhamento da informação.

Mais detidamente sobre a biblioteca pública, Rasteli e Caldas (2017) expressam que o desenvolvimento desse equipamento público está atrelado às variáveis situacionais e individuais nele presentes. Enquanto um sistema, esse instrumento público e social precisa conjugar intencionalmente seu capital intelectual e suas tecnologias e estruturas para atingir seus objetivos junto à comunidade, sobretudo em áreas emergentes como o desenvolvimento sustentável.

Como contraponto ao desenvolvimento sustentável, em 2015, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) adotou a Agenda 2030, a qual compreende os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Conforme Belluzzo (2018), integrados e indivisíveis, os ODS traduzem as reflexões necessárias acerca das três dimensões bases do desenvolvimento sustentável: social, econômica e ambiental. Essas dimensões constituem tanto um desafio quanto uma oportunidade interdisciplinar para os governos, instituições e pessoas na convergência de métricas e para o desenvolvimento de competências transversais.

Na atualidade, vem-se adotando no currículo escolar/acadêmico a formação em temáticas transversais – ética, meio ambiente, saúde, trabalho e consumo, direitos humanos, orientação sexual e pluralidade cultural – visando a contextualização do ensino. (TEMAS, 2019). Em uma abordagem pedagógica multi/trans/interdisciplinar, essas temáticas são de grande relevância para o desenvolvimento crítico-reflexivo dos cidadãos na contemporaneidade, o que contribui para a competência em informação. Esse aspecto apoia-se nas reflexões da Agenda 2030, na perspectiva do ODS 4, que visa uma educação inclusiva e equitativa de qualidade ao longo da vida para todos. (BELLUZZO, 2018; COSTA; ALVIM, 2021).

Entende-se que os serviços de informação prestados pelas bibliotecas públicas devem, com base nos princípios da igualdade, acessibilidade e imparcialidade, espelhar as mudanças decorrentes da

evolução da sociedade. Nesse aspecto, a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA<sup>1</sup>) tem incentivado a adoção das perspectivas transversais trazidas pela Agenda 2030 no planejamento dos serviços bibliotecários. Para isso, considera-se que as bibliotecas têm grande importância nos processos do desenvolvimento sustentável. (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS, 2015).

Mediante o exposto, o objetivo deste texto é refletir acerca do papel social das bibliotecas públicas e suas contribuições para a implementação dos pressupostos da Agenda 2030. Como parte das reflexões de uma pesquisa de doutorado, a discussão aqui proposta é de natureza qualitativa e teórica, sendo que o método utilizado é a pesquisa bibliográfica, a partir da metodologia de revisão narrativa. De acordo com Cordeiro, Oliveira, Rentería e Guimarães (2007) e Rother (2007), as revisões narrativas constituem-se da análise da literatura publicada, atendendo aos interesses de pesquisa, interpretação e análise crítica do autor. Nessa metodologia, a seleção das fontes não é pré-determinada e não possui um protocolo rígido para sua confecção, permitindo adquirir e atualizar o conhecimento sobre uma temática específica em curto espaço de tempo. Na busca dos textos para fundamentar a discussão, foram utilizados como descritores *Agenda 2030* e *biblioteca pública*.

Compreende-se que a contextualização dos ODS da Agenda 2030, na esfera de atuação das bibliotecas públicas, contribui para fortalecer as ações de informação para o alcance desses objetivos, os quais são norteadores na construção de uma sociedade mais sustentável, e que não se finda em 2030, horizonte dessa agenda. E, ao mesmo tempo, representa uma oportunidade de investigação para a Biblioteconomia/Ciência da Informação, (PINTO; OCHÔA, 2020; COSTA; ALVIM, 2021), especialmente, nas discussões da Biblioteconomia Social<sup>2</sup>, área que se entende carente do olhar dos profissionais bibliotecários.

Assim, além dessa *Introdução*, a discussão da temática foi desenvolvida nos seguintes tópicos: *Bibliotecas públicas: papéis e funções*; *Agenda 2030: objetivos para o desenvolvimento sustentável*; *Perspectivas da Agenda 2030 para as bibliotecas públicas*; *Considerações finais*.

---

<sup>1</sup> International Federation of Library Associations and Institutions.

<sup>2</sup> A Biblioteconomia é um campo científico que tem apresentado nas últimas décadas a discussão mais forte sobre seu caráter social e a importância de se afastar de uma base conservadora. Assim, novos termos qualificadores desta Biblioteconomia podem ser encontrados como, por exemplo, Biblioteconomia Social, Progressista e Crítica. (TANUS; SILVA, 2019).

## 2 BIBLIOTECAS PÚBLICAS: PAPÉIS E FUNÇÕES

A dinâmica social atual, marcada por transformações a partir dos avanços tecnológicos e informacionais, demanda às instituições adequações a essa realidade. Nesse contexto, as bibliotecas – públicas, comunitárias, privadas, universitárias e escolares – também são demandadas a responderem aos requisitos dos sujeitos, especialmente em relação à disponibilização, acesso e uso da informação. Essas instituições detêm um papel social determinante para a inclusão dos indivíduos na cultura da sociedade da informação e do conhecimento, a qual tem como uma das suas principais características a inserção de um quantitativo sem precedentes de tecnologias da informação e comunicação (TIC).

Em relação às bibliotecas públicas, compreende-se que essas instituições possuem uma função social de grande relevância para a sociedade. Na perspectiva de Bernardino e Suaiden (2011b), para além da disseminação da informação para uso e compartilhamento, essas instituições são também um esforço social para a inserção das comunidades em geral ao conhecimento e suas práticas, sejam elas sociais, políticas, culturais, educacionais, etc.

Machado, Elias Junior e Achilles (2014, p. 116) apontam que, enquanto instituição social, de acordo com propósitos sociais como educação, cultura, lazer, informação, etc., a biblioteca pública assume diversas funções: “memória; preservação e fomento da cultura; organização e disponibilização dos registros do conhecimento; acesso e produção de conhecimento; difusão da informação à comunidade; dentre outros”. Para esses autores, as múltiplas funções atribuídas às bibliotecas públicas pelas narrativas sociais estão atreladas às “missões-chave da biblioteca pública relacionadas com a informação, a alfabetização, a educação e a cultura”. (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS, 1994, sem paginação).

Acerca da construção da imagem das bibliotecas públicas perante à comunidade, no arcabouço do seu papel/missão, Bernardino e Suaiden (2011a, p. 291) expressam que,

enquanto instituição pública, a biblioteca pública constrói sua imagem organizacional pelo somatório do cumprimento de funções, oferta de produtos e serviços de qualidade e necessários para a comunidade, mas, sobretudo, pela projeção desses serviços para a comunidade e, por sua vez, esta projeção é resultado de como a instituição se percebe e se estrutura tecnologicamente e comercialmente.

A imagem que se constrói desses instrumentos públicos, conforme os aspectos apontados pelos autores, coincide com as imagens construídas pelos públicos com os quais a biblioteca pública se relaciona. A forma como se concebe e percebe as bibliotecas públicas é também a representação coletiva do discurso de cada um dos grupos sociais de modo intencional ou espontâneo, em

correspondência à leitura e à interpretação do espaço e do mundo. Portanto, a imagem e a autoimagem que se cunha a respeito da biblioteca pública condensam um conjunto de valores compartilhados pelos sujeitos, os quais são construídos socio-historicamente. No entanto, essa imagem e autoimagem se desconstroem e se reconstroem à medida que a sociedade se transforma. Vislumbra-se que, nos processos do desenvolvimento sustentável sinalizados pela Agenda 2030, as bibliotecas públicas podem contribuir, a partir das suas ações, para que os indivíduos participem e vivenciem múltiplas experiências na potencialização e democratização da informação para a construção de conhecimento. Assim, há que se discutir e refletir sobre outras vertentes desse importante papel. Nesse sentido, “[...] a ideia de biblioteca pública como lugar estanque, guardiã do conhecimento, passiva, à espera da comunidade, é questionada em contraposição a espaços mediadores, de socialização, interação, construção de sentidos e de apropriação cultural”. (RASTELI; CALDAS, 2017, p. 200).

Pondera-se que as relações estabelecidas pela biblioteca pública com a comunidade interferem na forma como os sujeitos constroem sentidos e significados e, conseqüentemente, na apropriação da informação e da cultura. Infere-se a necessidade de se refletir sobre as implicações da Agenda 2030, em uma perspectiva crítico-reflexiva das dimensões do desenvolvimento sustentável – social, econômica e ambiental –. Nesse aspecto, balizar as discussões envolvendo as bibliotecas públicas e o desenvolvimento sociocultural das comunidades, em contextos emergentes como os sinalizados pelos ODS, torna-se ao mesmo tempo relevante e oportuno, complexo e desafiador.

Em vista dos desafios históricos, resultado das transformações políticas, econômicas, sociais, tecnológicas, científicas, culturais, etc. que perpassam o desenvolvimento da sociedade, a atuação da biblioteca pública, por meio de projetos culturais, possibilita a disseminação da cultura e da leitura. Ao suprir esses anseios, a biblioteca pública ocupa um papel e lugar de polo de informação e cultura junto à sua comunidade. (BERNARDINO; SUAIDEN, 2011a, 2011b; RASTELI; CALDAS, 2017).

Nessa perspectiva, entende-se que compete aos gestores priorizarem o desenvolvimento das responsabilidades da biblioteca pública em concordância com a realidade local, de modo a identificar e solucionar as demandas emergentes que impactam a vida social e o meio ambiente. Reforçando esse aspecto, Valentim (2017) destaca a importância da estrutura e gestão das bibliotecas, pois é por meio disso que os serviços e produtos de informação são desenvolvidos e ofertados aos usuários. Mediante o planejamento, que é um instrumento de gestão, será possível à biblioteca concretizar sua missão e evidenciar sua razão de ser, levando em conta as questões globais que impactam as questões locais.

Observa-se que o planejamento dos serviços é que vai conferir à biblioteca pública a dinâmica e a capacidade de transpor seu *modus operandi* tradicional, permitindo a concretização da sua função social para além das suas fronteiras. Tal função reclama uma relação aproximada e constante dos seus profissionais, e suportes documentais, informacionais e culturais, com o seu público utilizador para a construção de conhecimentos necessários à solução dos problemas cotidianos. (RASTELI; CALDAS, 2006).

Diante das perspectivas sociais mais amplas, compreende-se que compete à biblioteca pública assegurar o acesso à informação como um direito social fundamental de todos. Direito esse que é expresso na Constituição (BRASIL, 1988) e destacado na Lei 12.527 – conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI) – (BRASIL, 2011), a qual assegura o direito constitucional de acesso às informações públicas. Considerando-se a biblioteca pública essencial para fomentar a cidadania e consolidar a democracia por meio do acesso à informação e cultura, ressalta-se que “a competência em informação e os ODS da Agenda 2030 convergem em seu propósito na promoção do desenvolvimento social e econômico na sociedade contemporânea”. (BELLUZZO, 2018, p. 15). Explicita-se ser indispensável à biblioteca pública trazer a comunidade para junto de si, mediante a oferta de espaços e serviços de informação, a fim de debater os impactos do desenvolvimento sustentável e as implicações para a construção da reivindicada sociedade sustentável.

### **3 AGENDA 2030: OBJETIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Posto que não se pode falar em desenvolvimento sustentável apartado dos graves problemas sociais e ambientais que assolam a humanidade, Pinto e Ochôa (2019) dizem que temáticas como alterações climáticas e ambientais, pobreza e desigualdades sociais têm ganhado destaque nas agendas de debates de organismos internacionais e nacionais, bem como das instituições acadêmicas e de pesquisa, e da sociedade civil em geral.

No bojo das reflexões acerca do desenvolvimento sustentável, em 2015, a ONU adotou o documento *Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*, mundialmente conhecido como *Agenda 2030*, que compreende os ODS. Esse plano tem como bases históricas a *Agenda 21*, resultado da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992 (Rio 92 ou Eco-92), e a *Declaração do Milênio*, documento que compreende os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), desfecho de uma série de cúpulas multilaterais realizadas durante a década de 1990 para debater o

desenvolvimento humano como contraponto ao discurso do desenvolvimento sustentável. (PLATAFORMA, [2015]).

Como plano de ação emergente, os 17 ODS da Agenda 2030, observados no Quadro 1, representam um *checklist* de tarefas a serem cumpridas pelos governos, pela sociedade civil, setor privado e por todos os cidadãos em áreas de importância crucial para a humanidade: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parcerias (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2016), para o alcance dos objetivos e metas até 2030. Como os ODS não são legalmente vinculantes, existe a expectativa de que os países implementem políticas, planos e programas de desenvolvimento sustentável como um importante componente de estratégias para a apropriação e mobilização de todos em torno da nova Agenda.

Quadro 1 - Objetivos e metas gerais do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

OBJETIVOS	METAS GERAIS
ODS 1 - Erradicação da Pobreza	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável
Objetivo 3 - Saúde e Bem-Estar	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades
ODS 4 - Educação de Qualidade	Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos
ODS 5 - Igualdade de Gênero	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
ODS 6 - Água Potável e Saneamento	Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos
ODS 7 - Energia Acessível e Limpa	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos
ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos
ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
ODS 10 - Redução das Desigualdades	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles
ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis
ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
ODS 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima	Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos
ODS 14 - Vida na Água	Conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
ODS 15 - Vida Terrestre	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda
ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis
ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Fonte: Adaptação da ONU (2016).

Entende-se que os ODS representam e requerem um esforço conjunto de todas as nações, por meio de pessoas e instituições, no sentido de se propor e executar ações com vistas a assegurar os direitos humanos, a erradicação da pobreza no mundo, a luta contra as desigualdades e as injustiças sociais, o alcance da igualdade de gênero e o empoderamento feminino, a ação contra as mudanças climáticas, bem como o enfrentamento de toda sorte de desafios presentes em nosso tempo e que dificultam o equilíbrio no planeta.

Considerando-se os impasses e os impactos que a atual conjuntura político-socioeconômica mundial acarreta ao meio ambiente e às pessoas, quando se discursa sobre o desenvolvimento sustentável, a Agenda 2030 invoca a necessidade de se planejar ações de longo prazo com foco futuro, a fim de possibilitar um desenvolvimento mais sustentável. Depreende-se como indispensável a necessidade de gestão e promoção de mudanças no planejamento dos serviços de informação das bibliotecas públicas. A fim de possibilitar e garantir aos sujeitos o acesso e uso da informação na perspectiva da sustentabilidade, há que se despender atenção para melhorias em processos, aspectos culturais, valores, questões socioambientais, políticas, econômicas, tecnológicas, científicas, demográficas e governamentais, etc. (VALENTIM, 2017). Esses aspectos impactam socialmente tanto organizações quanto sujeitos, portanto, merecem toda a atenção dos gestores.

No atual cenário de mudanças, com um certo grau de complexidade e incertezas, torna-se urgente discutir, no âmbito do planejamento e implementação dos serviços de informação, as questões que os ODS da Agenda 2030 acarretam socialmente. Infere-se que no cerne dos debates acerca do desenvolvimento sustentável, as dimensões da informação – acesso, uso e compartilhamento em uma perspectiva crítico-reflexiva – são primordiais à apreensão da Agenda 2030 pelos sujeitos para a construção de uma sociedade mais democrática, cidadã, igualitária e inclusiva.

A Agenda 2030 representa o compromisso de um ideal comum para a melhoria das condições de vida dos sujeitos, na perspectiva da justiça e igualdade social, Costa e Alvim (2021) ressaltam que, na consecução desse objetivo, as bibliotecas públicas se tornam parceiras fundamentais para a compreensão do desenvolvimento sustentável, pois os ODS visam a implementação de políticas sociais que apontam para todos os setores da sociedade. Isso posto, as bibliotecas públicas representam o meio por excelência para se acessar informações que contribuem para a melhoria da educação, democracia, empoderamento, desenvolvimento de novas habilidades, busca de recolocação no mercado de trabalho, tomada de decisões informadas sobre a agricultura, saúde e bem-estar social, questões ambientais, etc.

## 4 PERSPECTIVAS DA AGENDA 2030 PARA AS BIBLIOTECAS PÚBLICAS

A Agenda 2030, com seus objetivos e metas, é um exemplo claro de sinalização para a necessidade de mudanças. Sob a ótica das reflexões das conferências da ONU acerca do meio ambiente, da responsabilidade social e do desenvolvimento sustentável, temas emergentes e que requerem das instituições, em especial das bibliotecas públicas, um compromisso maior com a sociedade, a IFLA tem empreendido esforços para que as bibliotecas participem desse processo.

Ao avaliar que “o acesso à informação é uma questão transversal que apoia todas as áreas de desenvolvimento” (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS, 2015, p. 5), aspecto também reconhecido pela ONU, as bibliotecas públicas, enquanto equipamentos públicos, têm papel fundamental nos planos de desenvolvimento nacionais/regionais/locais. Longe de apenas repetir o ideal “salvacionista” atribuído às bibliotecas públicas, como se a solução dos problemas informacionais estivessem única e exclusivamente sob seus domínios, aspecto que desconsidera os percalços presentes na historicidade e no desenvolvimento dos seus papéis, é possível demonstrar que as bibliotecas podem contribuir para que as comunidades possam atingir as metas dos ODS. Nesse percurso, muitas vezes as bibliotecas públicas podem viabilizar parcerias com os governos e entidades privadas para implementar estratégias e programas em benefício da comunidade. Sobre a demonstração dos contributos, Pinto e Ochôa (2020, p. 383) enfatizam a necessidade de os bibliotecários perceberem claramente a importância da questão e, a partir daí, “[...] recolher, organizar e utilizar com eficácia evidências sólidas e consistentes [informação/dados] desse contributo, [...] para o desenvolvimento sustentável, a prossecução de um objetivo ou meta, as formas de alinhamento adotadas ou entender os vários impactos obtidos”.

Com vistas a contribuir com a adoção de práticas orientadas à Agenda 2030, o Quadro 2 elenca as recomendações da IFLA às bibliotecas quanto à implementação dos ODS no processo de planejamento dos serviços de informação.

Quadro 2 – Recomendações da IFLA às bibliotecas para a implementação dos ODS

OBJETIVOS	METAS PARA A CONSECUÇÃO DOS ODS
ODS 1	<ul style="list-style-type: none"> <li>Acesso público à informação e recursos que geram oportunidades de melhoria de vida às pessoas;</li> <li>Capacitação para aquisição de novas habilidades necessárias à educação e ao emprego;</li> <li>Informação para apoiar o processo de tomada de decisões dos governos, da sociedade civil e do setor empresarial no combate à pobreza.</li> </ul>
ODS 2	<ul style="list-style-type: none"> <li>Disponibilização de pesquisas e dados agrícolas para uma produção sustentável;</li> <li>Acesso público dos produtores agrícolas aos recursos em rede, a exemplo dos preços de mercado local, informes meteorológicos, novos equipamentos etc.</li> </ul>
ODS 3	<ul style="list-style-type: none"> <li>Disponibilização de pesquisas em bibliotecas médicas e hospitalares que apoiem a educação e a melhoria das práticas médicas;</li> <li>Acesso público à informação sobre saúde e bem-estar nas bibliotecas públicas como contribuição a um estilo de vida saudável às pessoas.</li> </ul>
ODS 4	<ul style="list-style-type: none"> <li>Apoio à educação na primeira infância (educação continuada);</li> <li>Acesso à informação e à pesquisa para estudantes;</li> <li>Espaços inclusivos para a construção de novos conhecimentos e habilidades.</li> </ul>
ODS 5	<ul style="list-style-type: none"> <li>Disponibilização de espaços de encontro seguros e agradáveis;</li> <li>Oferta de programas e serviços para satisfação das necessidades de mulheres e meninas;</li> <li>Acesso à informação e tecnologias que permitam as mulheres desenvolver habilidades no mundo dos negócios.</li> </ul>
ODS 6 e 7	<ul style="list-style-type: none"> <li>Acesso à informação de qualidade sobre boas práticas que permitam desenvolver projetos locais de gestão da água e saneamento;</li> <li>Promoção do acesso livre e seguro à eletricidade e iluminação para ler, estudar e trabalhar.</li> </ul>
ODS 8	<ul style="list-style-type: none"> <li>Capacitação e acesso à informação às pessoas para o desenvolvimento de habilidades necessárias à ocupação de postos de trabalhos.</li> </ul>
ODS 9	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ampla estrutura de bibliotecas públicas, especializadas e universitárias e com profissionais qualificados;</li> <li>Disponibilização de espaços agradáveis e inclusivos;</li> <li>Acesso às tecnologias da informação e comunicação.</li> </ul>
ODS 10	<ul style="list-style-type: none"> <li>Espaços neutros que permitam a aprendizagem para todos, incluindo os grupos marginalizados, como os imigrantes, os refugiados, as minorias, os povos indígenas e pessoas com deficiência;</li> <li>Acesso equitativo à informação para a promoção da inclusão social, política e econômica.</li> </ul>
ODS 11	<ul style="list-style-type: none"> <li>Instituições confiáveis para a promoção da inclusão e do intercâmbio cultural;</li> <li>Documentação e conservação do patrimônio cultural.</li> </ul>
ODS 12, 13, 14 e 15	<ul style="list-style-type: none"> <li>Gestão de um sistema de intercâmbio e circulação de materiais para redução da geração de resíduos;</li> <li>Registros históricos sobre mudanças costeiras e utilização da terra;</li> <li>Gestão de dados necessários à elaboração de políticas de mudanças climáticas;</li> <li>Acesso difundido às informações aos tomadores de decisão governamentais locais/nacionais sobre temas como: caça, pesca, uso da terra e gestão da água.</li> </ul>
ODS 16	<ul style="list-style-type: none"> <li>Acesso público à informação sobre governos, sociedade civil e outras instituições;</li> <li>Capacitação para desenvolvimento de habilidades de compreensão e uso da informação;</li> <li>Disponibilização de espaços inclusivos e politicamente neutros às pessoas.</li> </ul>
ODS 17	<ul style="list-style-type: none"> <li>Uma rede de informação acerca dos planos de desenvolvimento locais.</li> </ul>

Fonte: Federação internacional de associações e instituições bibliotecárias (2015).

Observa-se, a partir do Quadro 2, a centralidade do acesso à informação pelos sujeitos como dimensão necessária ao desenvolvimento sustentável, aspecto que destaca o papel natural das bibliotecas públicas nesse processo. O reconhecimento do acesso à informação como base fundamental ao desenvolvimento está incluso na *Meta 16.10 – Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais* do ODS 16, que versa sobre a paz, justiça e instituições eficazes (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2016). Complementarmente, Belluzzo (2018) e Costa e Alvim (2021) reforçam o papel das bibliotecas, em especial das públicas, acerca do ODS 4, que intenciona uma educação de qualidade e inclusiva.

---

No arcabouço da função educativa das bibliotecas, cabe aprofundar as questões relativas à literacia em informação para uma aprendizagem contínua e de qualidade.

Como a consecução dos ODS demanda cidadãos competentes, especialmente para o enfrentamento aos embaraços implicados nos processos relativos à educação de qualidade, Belluzzo (2018, p. 20) sobressai ser necessário “[...] desenvolver competências [em informação] que capacitem as pessoas a refletir sobre as próprias ações, tendo em conta seus impactos sociais, culturais, econômicos e ambientais atuais e futuros, a partir de uma perspectiva local e global”. Silva e Cardoso (2020) ressaltam a qualificação dos sujeitos para lidar com o poder da informação e das TIC, cabendo às bibliotecas a capacitação em relação às mídias e seus recursos (literacia digital), bem como o acesso e uso inteligentes da gama crescente de informações veiculadas nessas mídias (literacia em informação).

O engajamento das bibliotecas públicas com as dimensões da literacia visa contribuir para o aperfeiçoamento dos sujeitos como usuários e produtores de informação, processo esse conduzido de forma crítica. A primazia está em encorajar os sujeitos à luta “[...] contra as estruturas de poder que sustentam a produção e a disseminação dominante da informação [...] e a conquista dos horizontes ético-políticos de liberdade e autonomia informacional de indivíduos e comunidades no regime de informação contemporâneo”. (BEZERRA; SCHNEIDER; SALDANHA, 2019, p. 6-7). Na conjuntura dos ODS, não basta apenas instrumentalizar os sujeitos para acessarem a informação, também é necessário que a biblioteca pública lhes dê oportunidades de se compreenderem sujeitos sociais de fato e prática. A perspectiva é, portanto crítico-reflexiva e inclusiva, pela qual os sujeitos serão capazes de entender os impactos do desenvolvimento sustentável na vida privada e pública.

A reflexão das emergências sociais e dos anseios da comunidade na área da informação, contrapondo-se aos desafios presentes na realidade social, possibilita à biblioteca pública traçar os indicadores que viabilizarão o planejamento estratégico para a consecução das metas a curto, médio e longo prazos. Esse aspecto é essencial ao acolhimento dos requisitos da Agenda 2030. Também, o estudo da comunidade é relevante nesse processo, particularmente quando se visualiza o desenvolvimento de novos produtos e serviços de informação para os sujeitos desse núcleo social, com a finalidade de identificar problemas e apontar soluções.

Ao avaliar constantemente os seus serviços, do ponto de vista qualitativo, com vistas ao seu desenvolvimento, assim como a mobilização do seu capital intelectual em direção à consecução dos objetivos propostos, a biblioteca pública evidencia sua expressividade social para se tornar necessária à comunidade, principalmente nos seus locais de inserção. Nessa perspectiva, e no

---

sentido de uma avaliação diagnóstica, torna-se relevante refletir acerca do papel, social por natureza, que esse equipamento público desempenha.

No processo de avaliação, Suaiden (2000) pondera que há uma série de caminhos apontados pela literatura científica da área, os quais possibilitam à biblioteca pública encontrar a sua verdadeira identidade como uma instituição eficiente na formação da cidadania e na melhoria da qualidade de vida da sociedade. Rasteli e Caldas (2017, p. 207-208) dizem que, entre os caminhos possíveis para que o equipamento informacional e cultural seja eficiente na formação da cidadania e na melhoria da qualidade de vida da sociedade, merece destaque: a) incentivo à leitura; b) desenvolvimento de habilidades de busca e uso da informação por meio de um processo de ensino-aprendizagem; c) disponibilização de informações utilitárias para a solução de problemas do cotidiano; d) estudos da comunidade para identificação e solução das necessidades informacionais e culturais; e) uso das políticas culturais públicas; f) viabilização da biblioteca pública como um centro de cultura. Se a biblioteca pública decidir e conseguir implantar um serviço de informação utilitária, dará um grande passo para a formação cidadã, na expectativa de se tornar um real centro disseminador da informação e cultura.

Destaca-se que, muito antes dos ODS, desde a perspectiva das diretrizes do *Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas 1994*, a biblioteca pública já era vista como instituição democrática, acessível e necessária à sua comunidade usuária:

- ✓ Ser de responsabilidade das autoridades locais e nacionais, portanto, objeto de uma legislação específica e financiada pelos governos nacionais e locais;
- ✓ Ser um componente estratégico de longo prazo para a cultura e para o acesso à informação, à alfabetização e à educação;
- ✓ Por intermédio da legislação e de planos estratégicos, assegurar a coordenação, cooperação e promoção de uma rede nacional de bibliotecas;
- ✓ Definir uma política clara com objetivos, prioridades e serviços relacionados às necessidades da comunidade local;
- ✓ Ofertar e ampliar serviços de informação, considerando as demandas e adequação à diversidade de sujeitos que compõem a comunidade usuária;
- ✓ Oferecer infraestrutura física e tecnológica adequada para a garantir a implementação e desenvolvimento dos serviços;
- ✓ Formar continuamente seus profissionais, em especial o bibliotecário, a fim de assegurar a qualidade dos serviços, adequação dos recursos técnicos e informacionais às demandas e a

---

implementação de programas de capacitação dos usuários, de forma que possam se beneficiar de todos os recursos disponíveis. (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS, 1994).

Como as TIC interferem e transformam as formas como se acessa e consome informações na atualidade, há a necessidade de se reforçar junto à comunidade a importância da biblioteca pública nesse processo, assim como para a construção da democracia e cidadania, haja vista as transformações socioambientais em curso, particularmente aquelas inscritas no delineamento do desenvolvimento sustentável. Nessa perspectiva, a *American Library Association* (ALA) lançou, em 2008, o *Manual das Pessoas que Advogam pela Biblioteca*, em defesa das bibliotecas, sobretudo das públicas. Conforme expresso no Manual, em cada localidade, os *library advocates* – profissionais, usuários, entidades de classe, escolas, universidades, associações, lideranças comunitárias, o poder público e simpatizantes – são as vozes da biblioteca, portanto, “[...] têm um papel crucial a desempenhar na educação de nossas comunidades, sobre por que as bibliotecas e os bibliotecários são essenciais em uma sociedade da informação”. (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 2008, sem paginação). Ao analisar, na historicidade das bibliotecas públicas, o contraste na aquisição de livros, os *déficits* de leitura, a desinformação, o acesso iníquo à informação, etc. na “dita sociedade democrática” brasileira, apreende-se que esses equipamentos precisam de defensores, principalmente para o enfrentamento das demandas sociais emergentes. Entende-se que o acesso igualitário à informação é um aspecto indispensável para a construção de uma sociedade letrada, cidadã e democrática, para a formação de sujeitos conscientes dos seus direitos e deveres, assim como mais esclarecidos, engajados e participativos socialmente.

Compreende-se, ainda, que quando vinculada adequadamente à comunidade, a biblioteca pública viabiliza a participação efetiva dos sujeitos na sociedade da informação e do conhecimento, aspecto que é essencial, considerando-se as complexidades que perpassam todo o processo do desenvolvimento sustentável. Nos novos tempos, possibilitar o acesso à informação e à cultura significa a possibilidade de superação dos fatores promotores das desigualdades sociais. Aspecto enfatizado por Costa e Alvim (2021, p. 619), quando dizem que “o acesso à informação não é um fim em si, mas é o impulsionador do progresso para capacitar as comunidades e sustentar a igualdade entre todos os indivíduos como defendido na abordagem holística da Agenda 2030”. Vale refletir, segundo Suaiden (2017, p. 57), que

no processo de globalização, de novos paradigmas tecnológicos e sociais e do modelo de desenvolvimento sustentável, caberá à biblioteca pública trabalhar no sentido de corrigir as deficiências do passado, como criar uma interação adequada com a comunidade e implantar produtos que de fato facilitem o acesso à Sociedade da Informação.

A partir do exposto, revela-se também necessário o fomento de políticas públicas para o fortalecimento das bibliotecas públicas, enquanto espaço que colabora com o desenvolvimento social, como ressaltam Ferraz (2014) e Valentim (2017, p. 23). Isso para que possam possibilitar aos sujeitos a compreensão dos dilemas circunscritos nas instâncias políticas, sociais, econômicas e culturais, etc. e, a partir daí, atuar na perspectiva do equilíbrio sustentado. *Advocacy* ainda, a partir dessas reflexões, a participação da comunidade nos processos decisórios das bibliotecas públicas, essencialmente na formulação de estratégias para alcance das metas informacionais e culturais, a exemplo daquelas estabelecidas para os ODS da Agenda 2030. Apesar das limitações nesse processo, viabilizar espaços de participação para a articulação de ideias e concretização de objetivos – como as “associações de amigos da biblioteca” criadas para impulsionar a instituição – é fundamental para a transformação dos ambientes das bibliotecas públicas. (SUAIDEN, 2000; RASTELI; CALDAS, 2017).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além de preservar a memória cultural, a biblioteca precisa construir uma interlocução promissora com a comunidade, compreendendo que essa dialogia se situa na base de sua existência. Os objetivos da biblioteca pública, quando materializados em práticas sociais e culturais, possibilitam o fortalecimento da comunidade e a conexão facilitadora para a construção de uma sociedade crítica e democrática. Portanto, no arcabouço de atuação da biblioteca pública, está a colaboração com o processo de aprendizagem contínua, de apropriação cultural e informacional para a construção do conhecimento, da cidadania e da identidade social.

A função das bibliotecas públicas na contemporaneidade está além das preocupações com a preservação da memória cultural e da organização dos acervos. A inovação, a originalidade, a criatividade e o desejo de posicionar a biblioteca pública como um centro indispensável à comunidade são componentes imperativos em meio às emergências da atualidade.

A materialização dos ODS inscritos na Agenda 2030 pressupõe mudanças qualitativas e quantitativas para as bibliotecas públicas, compreendendo-se a importância do seu papel social como instrumento público no contexto do desenvolvimento social. Assim, infere-se a necessidade de que a biblioteca pública deva se adaptar - como sempre fez em sua história - aos avanços sociais e tecnológicos, mormente àqueles aspectos delineados pela Agenda 2030, fatores que impactam a sua estrutura e o seu papel.

A alteração da realidade social, no que cabe às bibliotecas públicas, não se restringe ao acesso à informação e cultura, pois todos os elementos suscitados no discurso do desenvolvimento sustentável constituem variáveis para sua atuação. Assim sendo, os ODS precisam ser melhor compreendidos pelos bibliotecários para sua incorporação efetiva no planejamento das ações de informação para que, a partir daí, os muros histórico-culturais erigidos para a biblioteca pública possam ser transpostos e seus domínios expandidos, circunscrevendo o todo social.

O *Manifesto da IFLA/UNESCO para as Bibliotecas Públicas e o Manual das Pessoas que Advogam pela Biblioteca* conclamam e defendem a atuação social da biblioteca pública enquanto disseminadora da educação e do acesso à informação, à cultura e ao conhecimento. Nesse sentido, torna-se uma exigência para os seus gestores romper com a imagem perpetuada no Brasil, que conduziu o discurso do poder público e a se investir de forma tímida em bibliotecas públicas, influenciando o descrédito das pessoas em relação ao potencial transformador dessas instituições. Reafirmar e reforçar o papel das bibliotecas públicas, tendo como referência as questões que perpassaram sua historicidade e as novas emergências que entrecruzam sua atuação na contemporaneidade, possibilita impulsionar os profissionais das bibliotecas a rever conceitos, práticas e aperfeiçoar seus serviços de informação perspectivando os ODS da Agenda 2030.

Para que se atinja a potencialidade das bibliotecas públicas, são necessárias políticas públicas que possibilitem que esses equipamentos públicos sejam locais de inclusão, participação cidadã e sustentabilidade social e informacional, ou seja, verdadeiros espaços multiculturais para a troca de saberes e experiências. É essencial que faça parte dessas políticas a garantia da presença de bibliotecários e profissionais qualificados e preparados para acompanhar e atender as emergências desse milênio. Como resultado, será possível uma (re)aproximação entre a biblioteca pública e sua comunidade, em uma perspectiva mais dialógica, integrada e participativa.

Consideramos relevante traçar esses apontamentos no Brasil, país onde as deficiências na educação e formação cultural permitem que a desinformação atinja altos níveis na sociedade. A consequência disso é que a grande maioria dos sujeitos jamais poderá ter a oportunidade de compreender seu papel cidadão e participativo em uma sociedade globalizada, mas também desigual e excludente. O acesso à informação e à cultura, na contemporaneidade, requer investimentos na superação das desigualdades sociais e das formas de dominação, e as bibliotecas públicas são instituições que podem oferecer uma contribuição muito relevante para esse fim.

## REFERÊNCIAS

- AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Manual das pessoas que advogam pela biblioteca**. 3. ed. Tradução da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições - FEBAB. Chicago, Illinois, 2008. Disponível em: <http://siseb.sp.gov.br/wp-content/uploads/2017/01/Manual-das-pessoas-que-advogam-pelas-bibliotecas.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- BELLUZZO, R. C. B. Competência em informação (CoInfo) e midiática: inter-relação com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sob a ótica da educação contemporânea. **Folha de Rosto: Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Juazeiro do Norte, v. 4, n. 1, p. 15-24, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://labirintodosaber.com.br/wp-content/uploads/2018/07/revista-folha-de-rosto-2018-artigo-regina-belluzzo.pdf>. Acesso em: 27 maio 2021.
- BERNARDINO, M. C. R.; SUAIDEN, E. J. Bibliotecas públicas e imagem organizacional: diferentes olhares. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 1, n. 2, p. 289-304, jul./dez. 2011a. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/pgc/article/view/9607/7281>. Acesso em: 1 jun. 2021.
- BERNARDINO, M. C. R.; SUAIDEN, E. J. O papel social da biblioteca pública na interação entre informação e conhecimento no contexto da ciência da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 16, n. 4, p. 29-41, out./dez. 2011b. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pci/v16n4/v16n4a04.pdf>. Acesso em: 1 maio 2021.
- BEZERRA, A. C.; SCHNEIDER, M.; SALDANHA, G. S. Competência crítica em informação como crítica à competência em informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 29, n. 3, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/47337>. Acesso em: 15 jul. 2021.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 27 maio 2021.
- BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, Edição Extra, 2011. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2011/lei-12527-18-novembro-2011-611802-publicacaooriginal-134287-pl.html>. Acesso em: 27 maio 2021.
- CORDEIRO, A. M.; OLIVEIRA, G. M.; RENTERÍA, J. M.; GUIMARÃES, C. A. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, p. 428-431, 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-69912007000600012>. Acesso em: 20 maio 2021.
- COSTA, T.; ALVIM, L. A Agenda 2030 e a ciência da informação: o contributo das bibliotecas e centros de informação. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação (RICI)**, Brasília, v. 14, n. 2, p. 617-628, maio/ago. de 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/37380/29673>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS - IFLA. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas 1994**. Haia, Países Baixos, 1994. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2021.
- FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS - IFLA. **Conjunto de ferramentas: as bibliotecas e a implementação da Agenda 2030 da ONU**. Haia (Holanda): IFLA,

2015. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/hq/topics/libraries-development/documents/libraries-un-2030-agenda-toolkit-pt.pdf>. Acesso em: 27 maio. 2020.
- FERRAZ, M. N. O papel social das bibliotecas públicas no século XXI e o caso da Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 19, n. esp., p. 18-30, out./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pci/v19nspe/04.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2021.
- MACHADO, E.; ELIAS JUNIOR, A.; ACHILLES, D. A biblioteca pública no espaço público: estratégias de mobilização cultural e atuação sócio-política do bibliotecário. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, número especial, p. 115-127, out./dez. 2014. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/47359>. Acesso em: 28 abr. 2021.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo**: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: UNIC Rio, 2016. Disponível em: [http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_desenvsust/Agenda2030completoportugus12fev2016.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/Agenda2030completoportugus12fev2016.pdf). Acesso em: 26 maio 2021.
- PINTO, L. G.; OCHÔA, P. Agenda 2030 e o campo de intervenção da Ciência de Informação: dinâmicas de aprendizagem, envolvimento e desenvolvimento de competências. **Cadernos BAD**, Lisboa, n. 2, p. 1-11, 2019. Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/2043>. Acesso em: 1 jun. 2021.
- PINTO, L. G.; OCHÔA, P. Contributos para o desenvolvimento sustentável: a experiência de construção de um modelo setorial de alinhamento de estratégias. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, Anápolis, v. 9, n. 3, p. 380-396, set./dez. 2020. <http://dx.doi.org/10.21664/2238-8869.2020v9i3.p380-396>. Acesso em: 25 jun. 2020.
- PLATAFORMA Agenda 2030. Realização do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, acompanha as ações para o desenvolvimento sustentável no Brasil até 2030. Brasília, [2015]. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/>. Acesso em: 25 maio 2021.
- RASTELI, A.; CALDAS, R. F. Análise das variáveis dos ambientes da biblioteca pública como fator para o desenvolvimento sociocultural. In: SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – SECIN, 7., 2017, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2017. p. 198-2012. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2017/secin2107/paper/viewFile/444/273>. Acesso em: 7 jun. 2021.
- ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. vii-viii (Editorial), jun. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>. Acesso em: 20 set. 2020.
- SILVA, S. A. A.; CARDOSO, A. M. P. Literacia informacional: uma revisão sistemática de literatura. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 18, n. 00, p. e020023, 2020. DOI: 10.20396/rdbci.v18i0.8660680. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8660680>. Acesso em: 24 jun. 2021.
- SUAIDEN, E. J. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 52-60, maio/ago. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/JJCz6RKQhDZNGG6yVdL9pQP/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 1 jun. 2021.

TANUS, G. F. S. C.; SILVA, D. C. Biblioteconomia social, crítica e progressista. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, Natal, v. 3, p. 1-28, 17 out. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/informacao/article/view/18371>. Acesso em: 1 jun. 2021.

TEMAS contemporâneos transversais na BNCC: contexto histórico e pressupostos pedagógicos. Brasília: Ministério da Educação, 2019. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao\\_temas\\_contemporaneos.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf). Acesso em: 1 jun. 2021.

VALENTIM, M. L. P. O perfil das bibliotecas contemporâneas. *In*: RIBEIRO, Anna Carolina Mendonça Lemos; FERREIRA, Pedro Cavalcanti (org.). **Biblioteca do século XXI: desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2017. p. 19-42. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/170105\\_biblioteca\\_do\\_seculo\\_21.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/170105_biblioteca_do_seculo_21.pdf). Acesso em: 25 maio 2020.

